

Falsas esperanças



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

O primeiro Orçamento da era pós-‘troika’ conheceu a luz do dia na passada semana. O que se constata é que apesar da ‘troika’ ter ido oficialmente embora, afinal, ainda por cá permanece, pelo menos em espírito. E Vítor Gaspar, o ex-ministro das Finanças e mentor do “enorme aumento” de impostos, também continua a andar por aí.

O Orçamento do Estado para 2015 é, no essencial, mais do mesmo.

O Governo volta a compensar, em exclusivo, as contas do Estado pelo lado da receita.

Desagravamento fiscal não existe, na melhor das hipóteses, podemos vir a ter uma deslocação fiscal, proveniente da fiscalidade verde.

Os rendimentos das pessoas que vivem do seu trabalho continuam na linha da frente do ponto de mira. A austeridade é uma constante e os sacrifícios estão para durar.

À primeira vista o documento não levanta grandes sombras de inconstitucionalidade, mas enferma de contradições graves e de laivos de imoralidade política.

Ao analisar-se à lupa o articulado, salta à vista a introdução de medidas específicas para beneficiar os grandes interesses financeiros. O exemplo mais gritante reside nas alterações propostas aos artigos 8.º e 10.º do código do IMT onde se prevê um alargamento da isenção dada à aquisição de imóveis por instituições de crédito em processo de execução movido por essas instituições ou por outro credor, bem

como as efetuadas em processo de falência ou de insolvência, desde que se destinem à realização de créditos resultantes de empréstimos feitos ou de fianças prestadas.

Da mesma forma que não há pudor quando se propõe a diminuição da taxa de IRC de 23 para 21 por cento. São dois pesos e duas medidas de uma estratégia política deliberada que tem como principal fito o desrespeito e a penalização, se dó nem piedade, da vida dos cidadãos.

Durante semanas alimentou-se, na imprensa, a esperança de que a sobretaxa de IRS seria reduzida em cerca de um ponto percentual. Afinal, foi uma falsa esperança. O Governo tirou da manga uma medida inédita no âmbito da gestão do sistema fiscal, que não tem outro objetivo que não seja iludir os contribuintes.

A indexação da redução da sobretaxa de IRS ao aumento de receita fiscal é uma medida sem paralelo que levanta dúvidas por poder estar a impor obrigações a um novo governo. Para além do mais, esta execução dependerá do comportamento das receitas obtidas e do crescimento da economia. Logo, para além de ser adiada, é uma medida dependente de múltiplos fatores, necessariamente voláteis.

O IRS e o IRC têm em comum o facto de terem sido sujeitos a reformas fictícias. Se no segundo caso se procurou beneficiar os interesses particulares, no caso do Imposto sobre os Rendimentos Singulares está a trilhar-se o caminho da desumanização. Para que conste, entendendo que temos um dos melhores impostos sobre o rendimento do mundo, porque a sua filosofia original sustenta-se em enquadrar as pessoas na sua realidade concreta, através das deduções. Ao insistir-se numa simplificação sem conteúdo, as injustiças serão agravadas. Voltarei ao tema. ■